



Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.<sup>a</sup>  
(Aprova o Orçamento de Estado para 2021)

## Proposta de Alteração

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o DURP do partido CHEGA, deputado André Ventura, apresenta a seguinte proposta de alteração à Lei n.º 61/XIV/2.<sup>a</sup>;

### Título I

#### Disposições Gerais

#### Capítulo IX

#### Outras Disposições

### Artigo 185.º

#### Subsídio extraordinário de risco no combate à pandemia da doença COVID-19

1 – Os profissionais de saúde do SNS e dos serviços e organismos de Administração directa e indirecta do Estado integrados no Ministério da Saúde com contrato de trabalho em funções públicas ou contrato de trabalho, incluindo os profissionais do INEM, I. P., e outros profissionais de saúde envolvidos na resposta de emergência médica e no transporte de doentes, como é o caso dos bombeiros, que pratiquem actos directamente e maioritariamente relacionados com pessoas suspeitas e doentes infectados com a doença COVID-19, de forma permanente, e em serviços ou áreas dedicadas, têm direito a um subsídio pelo risco acrescido no exercício das suas funções, pago até 12 meses por ano e enquanto persistir a situação de pandemia da doença COVID-19 em período de emergência, calamidade ou contingência.

2 – (...)

3 – (...)

4 – O subsídio a que se refere este artigo é aplicado, também, na mesma forma e medida aos elementos das forças de segurança cuja missão operacional exige um contacto directo com os cidadãos.

#### Exposição de motivos

Os elementos das forças de segurança continuam a ser desvalorizados pelo Governo, numa postura discriminatória adoptada pelo Governo que é de impossível compreensão. Estes homens



e mulheres que diariamente colocam a sua vida em risco em prol da segurança dos cidadãos têm também direito a uma compensação monetária pelo risco acrescido que correm decorrente da situação pandémica que vivemos.

Assembleia da República, 11 de novembro de 2020

O deputado

André Ventura